

## Cultura e identidade no estudo dos nomes de lugares Culture and identity in the study of place names

Karylleila dos Santos Andrade\*  
Verônica Ramalho Nunes\*\*

---

**RESUMO:** A Toponímia é a disciplina que estuda os topônimos, ou seja, os nomes de lugares e está ligada à lexicologia<sup>1</sup>, ciência que pode ser definida como o estudo científico do léxico. O objetivo geral deste trabalho é identificar o papel da cultura e identidade no processo de nomeação de lugares. Apoiar-nos-emos na abordagem da Geografia Cultural e Humanista para compreendermos, de forma mais aprofundada, a noção conceptual de lugar. A nomeação dos lugares relaciona-se diretamente com o modus vivendi dos grupos humanos, e os fatores culturais e de identidade são fundamentais nesse processo. Como percurso teórico-metodológico, utilizaremos os autores: Dick (1990, 1990a), Andrade (2010, 2012), Andrade e Bastiani (2012), Holzer (2003, 1999) e Tuan (1979, 2012).

**ABSTRACT:** The Toponymy is the discipline that studies the place names, or the names of places and is linked to lexicology, the science that can be defined as the scientific study of the lexicon. The aim of this study is to identify the role of culture and identity in the naming process places. We will support in addressing the Cultural Geography and Humanistic to understand, in more depth, the conceptual notion of place. The appointment of the places is directly related to the modus vivendi of human groups, and cultural factors and identity are essential in this process. As theoretical-methodological course, we will use the authors: Dick (1990, 1990a), Andrade (2010, 2012), Andrade e Bastiane (2012), Holzer (2003, 1999) e Tuan (1979, 2012).

**PALAVRAS-CHAVE:** Cultura. Identidade. Geografia Cultural e Humanista. Topônimos.

**KEYWORDS:** Culture. Identity. Cultural Geography and Humanist. Place Names.

---

### 1. Introdução

A nomeação de lugares e pessoas é uma prática realizada desde os primórdios da humanidade. Esse processo de nomeação possibilita a individualidade e, por conseguinte, a identificação particularizada. De acordo com suas características culturais, os povos designam, no ato de nomear, uma espécie legítima de registro, obtendo-se especificidades singulares da identificação dos lugares e das pessoas, o que possibilita maior relação de convivência no contexto social em que estão inseridos.

---

\* Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal do Tocantins (UFT).

\*\* Universidade Federal do Tocantins (UFT).

<sup>1</sup> A Lexicologia, ciência antiga, tem como objetivos básicos de estudo e análise a palavra, a categorização lexical e a estruturação do léxico. (BIDERMAN, 2001, p. 16)

Os nomes são formas de representação dos lugares, e a nomeação realiza-se em constante transformação e de maneira dinâmica. Geralmente, o processo de denominação é determinado por aspectos econômicos, religiosos, políticos, sociais, culturais, entre outros. Tais fatores determinantes fazem com que os nomes passem por transformações e/ou se corrompam.

A língua tem o papel de representar as práticas empregadas pelo homem: explicita as atitudes, conhecimentos, crenças, valores de determinado grupo de falantes. Essas práticas são expressivamente representadas pelo léxico, de modo que os grupos batizam os ambientes ao seu redor, revelando sua cosmovisão e o *modus vivendi* de seu grupo.

O indivíduo é caracterizado pela necessidade de consolidar suas impressões nos ambientes habitados por ele, cujo objetivo é eternizá-las ao longo da história. A toponímia estabelece a consolidação dessas impressões deixadas pelos indivíduos, uma vez que a denominação dos nomes de lugares reflete sentimentos vividos pelas comunidades. Os nomes são formas de representação dos lugares. Mas isso não quer dizer que o todo ato nominativo é definitivo. Pelo contrário, está em constante transformação e ocorre de maneira dinâmica a depender das necessidades da comunidade, potencializadas por diversos aspectos, sociais, culturais, políticos, econômicos, etc.

A metodologia empregada aqui baseia-se no plano onomasiológico de investigação, tendo como parâmetros os fundamentos teórico-metodológicos propostos por Dick (1990). Para este estudo, optou-se por uma pesquisa de abordagem qualitativa do tipo descritiva. Neste sentido, nossa intenção é realizar um estudo toponímico pelo viés da cultura e identidade, tendo em vista que o ato de nomeação dos lugares, por meio de topônimos, está intrinsecamente relacionado com os aspectos sociais e de vida dos povos, e os fatores de identidade e cultura são essenciais nesse processo. Essa relação se estabelece, em muitos casos, pela necessidade dos grupos humanos em nomear e classificar os lugares e áreas geográficas ao seu redor.

Este artigo se divide em três sessões. Na primeira discutimos a noção conceptual de lugar sob o viés da Geografia Cultural e Humanista. Na segunda sessão do trabalho nos pautamos na discussão da importância e da influência dos povos indígenas na descrição da geografia nacional. Na terceira e última sessão analisamos a importância da literatura dos viajantes no século XIX, suas principais contribuições para produção científica do país, como também, sua importância no processo de descrição dos nomes de lugares. A seguir, apresentaremos a relação intrínseca da Geografia Cultural e Humanista e Toponímia em relação ao estudo dos nomes de lugares.

## 2. Nomes de lugares: uma breve abordagem da Geografia Cultural e Humanista

O conceito de lugar possui várias perspectivas e definições variadas. Na Geografia é compreendido como determinada área ou ponto do espaço, sendo definido como espaço percebido. Nesse sentido, Suertegaray (2001, p. 07) explicita:

Lugar constitui a dimensão da existência que se manifesta através "de um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas, instituições—cooperação e conflito são a base da vida em comum"(Milton Santos, 1997). O conceito de lugar induz a análise geográfica a uma outra dimensão - a da existência- "pois refere-se a um tratamento geográfico do mundo vivido" (Milton Santos, 1997). Este tratamento vem assumindo diferentes dimensões. Mas o lugar pode também ser trabalhado na perspectiva de um mundo vivido, que leve em conta outras dimensões do espaço geográfico, conforme se refere Milton Santos (1997), quais sejam os objetos, as ações, a técnica, o tempo.

A Geografia é compreendida como um campo bastante vasto, e pela complexidade de suas relações divide-se em diversas especialidades. Uma delas é a Geografia Cultural, fundamentada a partir de representações, ou seja, o conhecimento baseia-se nas percepções que os indivíduos têm acerca da superfície terrestre, bem como, as representações compartilhadas. Ela considera o lugar como conceito fundamental para o estudo da geografia.

Na concepção da Geografia Humanista o lugar é constituído como uma forma de experiência humana, a partir das vivências no espaço<sup>2</sup>. O lugar é determinado pelas relações vivenciadas pelos indivíduos em suas atividades cotidianas como estudo, trabalho, convivência familiar, dentre outros. Pelo viés da Geografia Cultural e Humanista, Holzer (2003) acredita que o espaço e o lugar são conceitos que definem a natureza da geografia. Ele explicita que:

Para Tuan "A importância do "lugar" para a geografia cultural e humanista é, ou deveria ser, óbvia. Como nós funcionamos no espaço, os lugares sujeitam-se as técnicas da análise espacial. Mas como um único e complexo conjunto - enraizado no passado e crescendo no futuro - e como símbolo, o lugar clama pelo entendimento humanista. Na tradição humanista, os lugares têm sido estudados a partir das perspectivas histórica e literário-artística [...]. (TUAN, 1979, p. 389, citado por HOLZER, 2003, p. 117-118)

---

<sup>2</sup> Suertegaray pensa o espaço geográfico como um todo uno e múltiplo, aberto a múltiplas conexões que se expressam através das diferentes categorias operacionais da geografia como os conceitos de paisagem, território, lugar e meio. (MAIA e ALVES 2009, p. 8).

A Geografia Cultural é considerada sociocultural, pois estabelece as vivências e as relações dos indivíduos no espaço. Isso remete à construção dos indivíduos como seres sociais, refletindo os aspectos identitários e culturais da comunidade. Nessa perspectiva, o lugar é estabelecido a partir das experiências dos indivíduos, sendo percebido e incorporado como o lar, a cidade, a região em que vive.

Acreditamos que o conceito de lugar, discutido na Geografia Cultural, caminha também pelo viés da toponímia, tendo em vista que os nomes de lugares não são fatores estranhos ou alheios aos contextos, históricos, culturais e sociais, ao considerar as substâncias ontológicas do seu meio, atreladas a sua carga significativa.

A Geografia Cultural concebe os topônimos como nomes geográficos e considera que esse estudo pode ser utilizado para a compreensão dos lugares como dimensões dos indivíduos. Nesse sentido, por exemplo, o nome pode ser compreendido como um aspecto que envolve a dimensão e/ou dominação territorial, com o surgimento de identidade(s) e significações para dado lugar.

Os nomes de lugares contemplam aspectos diretamente associados ao espaço geográfico. Incluem, em grande parte de suas ocorrências, um nome característico e uma nomeação genérica, estendida por aspectos topofilicos, históricos, etimológicos e etnográficos. Desta forma, os lugares nomeados encerram ambiências experienciadas intensamente, como no sentido da topofilia<sup>3</sup> relativa aos seus espaços e lugares (TUAN, 2012, p. 136). Quando é irresistível, podemos estar certos de que o lugar é o veículo de acontecimentos emocionalmente fortes, ou é percebido como um símbolo: o lugar, então, pode ser compreendido por diversas óticas. A topofilia condiz com o sentimento do povo em relação aos lugares, o que perpassa o sentido estático de lugar. Para a Toponímia os nomes de lugares vão além do simples ato de nomear, ressaltando o sentimento de pertinência dos indivíduos, vai além do nome. Nesse viés, o lugar pode ser concebido como experiência humana.

Para Tuan (1979):

---

<sup>3</sup> A palavra “topofilia” é um neologismo que pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão. A resposta ao meio ambiente pode ser basicamente estética: em seguida, pode variar do efêmero prazer que se tem de uma vista, até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito mais intensa, que é subitamente revelada. A resposta pode ser tátil: o deleite ao sentir o ar, água, terra. Mais permanentes e mais difíceis de expressar são sentimentos que temos para com um lugar, por ser o lar, o lócus de reminiscências e o meio de se ganhar a vida. (TUAN, 2012, p. 135, 136)

O lugar, na linguagem coloquial, tem dois significados: posição na sociedade e localização espacial. Mas, além destes, tem outro mais profundo: ele possui "espírito", "personalidade", existe um "sentido do lugar" (TUAN, 1979,409). Este sentido do lugar remete-se à apreciação visual ou estética, e também pela audição, olfato, paladar e tato, que exigem um contato próximo e uma longa associação com o ambiente. Tuan distinguiria a cena (scene) ou paisagem do lugar: "Uma cena pode ser um lugar, mas a cena em si não é um lugar. Falta-lhe estabilidade: é da natureza de uma cena a propriedade de se alterar a partir de cada mudança de perspectiva. Uma cena é definida por sua perspectiva, enquanto que isso não é verdadeiro para o lugar: é da natureza do lugar que ele apareça como possuindo uma existência estável independente do indivíduo que o percebe." (TUAN, 1979,411 citado por HOLZER, 2003, p. 120-121).

Essa relação afetiva dos indivíduos com o lugar indica que se existimos, logo temos um lugar, pois todo espaço ocupado remete à noção de lugar. Pode ser entendido como as ruas, os bairros, as casas, cidades, regiões, enfim os lugares designados e fixados pelas pessoas de acordo com suas experiências, valores, significações e identidade. Em relação à representação simbólica, na condição de lugar, Mello (2011, p. 10) afirma que:

Para formação da identidade do lugar a relação entre a pessoa e toda a aura que a envolve é essencial. Experiência, símbolos, significados e permanência contribuem para forjar o sentido de lugar. As brincadeiras no espaço coletivo, a respeitabilidade e a convivência em endereços diversos, despertam um profundo sentimento de bairrofilia, sensação esta de apego, pertencimento, filiação e bem estar.

Ao atribuirmos um nome a um lugar, as marcas dos nomeadores tornam-se impregnadas de seus valores e visão de mundo, resultando em uma forma de identificação. Nesse contexto, Andrade e Dick (2012, p. 204) explicitam que:

A Geografia Cultural se apropria dos estudos da toponímia na tentativa de compreender a nomeação do lugar a partir de uma dimensão ontológica, tendo em vista os aspectos de dominação territorial, o contexto etimológico, o surgimento e a cristalização da identidade e a significação atribuída ao lugar. Os nomes de lugares e sua dimensão cultural adquirem uma pluralidade com simbolismos e identidades corresponsáveis pelas expressões dos valores individuais dentro de cada época, onde cada lugar fora sendo nomeado e ao mesmo tempo proporcionando um sentimento de pertencimento e domínio territorial.

Retomando, portanto, nossa proposta inicial de ampliação conceptual de *lugar*, com base em questões teóricas e metodológicas da Geografia Cultural e Humanista, reconhecemos

*lugar* como uma dimensão de categoria analítica: motivacional, geográfica, histórica, linguística, ideológica, sociocultural, identitária. E sua extensão semântica extrapola a referencialidade, ou seja, o lugar é sentimento de pertencimento, afetividade, mundo vivido e experienciado na relação que se estabelece entre o denominador e o *designatum*.

Na seção a seguir, apresentamos aspectos a respeito dos povos indígenas no processo de descrição da geografia nacional.

### 3. A importância dos povos indígenas na descrição da geografia nacional

Os nomes de lugares podem ser caracterizados como uma riqueza cultural de um povo, nesse sentido cultura é entendida como algo não estático, dinâmico e mutável. Mello (2001, p. 448) salienta que:

a cultura é apreendida, é simbólica, é social. Vale dizer que a maneira de ser homem, o comportamento social, em grande parte, é aprendido. Esta parte do comportamento humano e o produto deste comportamento e deste conhecimento são denominados por nós de <cultura> (grifo do autor).

Considerando as palavras do autor, cultura é entendida como um conjunto de atitudes, crenças, métodos e conhecimentos adquiridos ao longo da vida. Ainda em relação ao conceito de cultura, Malinowski (1962, p. 47) aborda que:

A cultura é um amalgama global de instituições em parte autônomas, em parte coordenadas. Ela se integra numa série de princípios tais como a comunhão de sangue por meio da procriação, a contiguidade em espaço relacionada com a cooperação; a especialização em atividades; e, último na ordem mas não menor em importância, o uso do poder na organização política. Cada cultura deve sua integridade e sua autossuficiência ao fato de que satisfaz toda a gama de necessidades básicas, instrumentais e integrativas.

Segundo o autor, a cultura denomina-se a partir das relações sociais entre os indivíduos e o conhecimento que engloba o todo. É realizada de maneira constante por meio de um processo contínuo e vinculado à língua.

Oliveira (2001, p. 139) afirma que “a identidade cultural seria uma espécie de sentimento de pertencimento”, tendo em vista que, pelo viés antropológico, identidade corresponde às experiências e as fontes de significado de um povo. Ela move os sentimentos, os valores, as crenças e diversos outros fatores presentes nas diversas comunidades, apresentando-se como reflexo da convivência humana.

Esses valores, inerentes à identidade, são estabelecidos por diversas maneiras de percepções, resultando em experiências e interpretações ímpares, pois integram paisagens, sentimentos, possibilidades e manifestações. As relações que os indivíduos mantêm com os nomes de lugares ressaltam o sentimento de pertencimento, o que demonstra que conhecer o contexto histórico e a etimologia dos nomes só reforça os laços afetivos adquiridos pelo lugar.

Os nomes de lugares expressam, diretamente, relações entre o homem e o espaço geográfico, uma vez que o ato de nomear é essencialmente humano, estabelece vínculo social e cultural, diretamente ligado à ocupação, posse e conhecimento do local ou área nomeada. Arelado a essas afirmações, Sapir (1969, p. 45) assinala que:

O léxico da língua é que mais nitidamente reflete o ambiente físico e social dos falantes. O léxico completo de uma língua pode se considerar, na verdade, como o complexo inventário de todas as ideias, interesses e ocupações que açambarcam a atenção da comunidade. Não é difícil encontrar exemplos de línguas cujo léxico traz assim o sinete do ambiente físico em que se acham situados os seus falantes.

A relação de afeto, estabelecida entre os indivíduos e o lugar, designa um simultâneo elo de domínio e afetividade. Relacionamo-nos esse vínculo com trecho da obra de Todorov (2003), denominada *A conquista da América – a questão do outro*, em que ele descreve como Colombo foi nomeando os lugares por onde passava, durante o descobrimento da América.

[...] Colombo apaixona-se pela escolha dos nomes do mundo virgem que está vendo; e, assim como para ele mesmo, os nomes devem ser motivados. A motivação é estabelecida de várias maneiras. No início, há uma espécie de diagrama: a ordem cronológica dos batismos corresponde à ordem de importância dos objetos associados aos nomes. A sequência será: Deus, a Virgem Maria, o rei da Espanha, a rainha, a herdeira real. “A primeira que encontrei (trata-se de ilhas), de o nome de San Salvador, em homenagem a Sul Alta Majestade, que maravilhosamente deu-me tudo isto. Os índios chamam esta ilha de Guanaani. À segunda ilha dei o nome de Santa Maria de Concepción; à terceira, Fernandina; à quarta de Isabela; à quinta, Juana, e assim a cada uma delas dei um novo nome”. Colombo sabe perfeitamente que as ilhas já têm nome, de uma certa forma, nomes naturais (mas em outra acepção do termo). As palavras dos outros, entretanto, não lhe interessam muito, e ele quer rebatizar os lugares em função do lugar que ocupam em sua descoberta, dar-lhes nomes justos; a nomeação, além disso, equivale a tomar posse. Mais tarde, os registros religioso e real já quase esgotados, recorre a uma motivação mais tradicional, por semelhança direta, que ele justifica em seguida. “Dei a esse cabo o nome de Cabo Belo, porque é realmente belo”. [...] As coisas devem ter nomes que lhes convêm. Há dias em que esta obrigação deixa Colombo num estado de verdadeiro furor nominativo. (TODOROV, 2003, p. 37 e 38).

Apregoados ao sentimento de posse e afeição aos lugares, acreditamos que a nomeação do lugar, por meio de topônimos, depende sumariamente dos aspectos abordados pelo denominador, enfatizando no ambiente o que deve ser mencionado. No processo de denominação consideramos que a identidade e individualidade do lugar se confundem com a história e a memória dos povos. Portanto, os nomes de lugares podem traduzir o simbolismo, a história, a memória, a identidade, o sentimento de posse, o afeto e as peculiaridades naturais de uma dada comunidade.

O sentimento de pertencimento a um povo, religião, cultura, região, tradição, ideologia concentram-se no processo de formação de construção identitária. A cultura e a identidade formam um conjunto de relações históricas, simbólicas, sociais, patrimoniais, que determinam os valores de um povo.

Os topônimos de origem indígena sofreram fortes influências históricas, culturais e físicas, no que se referem à motivação. Para Sampaio (1987, p. 41):

Uma vez, porém, que as palavras se prestam frequentemente a diversas interpretações, convém confrontar a produção característica do lugar com o nome que tem; porquanto os indígenas escolhiam, quase sempre, os nomes das localidades, de acordo com as suas produções naturais, manifestando muitas vezes um dom de observação admirável (...). Os nomes geográficos são conhecidos e estão na boca de todos; servem eles, portanto, de ponto de partida e se tornam um auxílio que não deve ser desprezado para desenvolver a memória.

Os grupos indígenas deixaram heranças inesgotáveis de conhecimento para a cultura brasileira, tendo em vista que, durante os séculos XVI e XVII, os índios representavam a maioria da população, composta em grande parte de povos tupiniquim, os quais pertenciam à grande família tupi-guarani, tronco-tupi.

Esses povos possuíam grande mobilidade espacial, um fator que reflete no processo de nomeação da geografia nacional. Indiscutivelmente, foi um dos povos indígenas que exerceu grande influência da formação da sociedade brasileira, tendo em vista que as penetrações dos colonizadores dependiam dos conhecimentos indígenas, de suas habilidades, seja como caçador, pescador, agricultor, guerreiro, conhecedor dos lugares etc.

É importante ressaltar a contribuição dos povos indígenas não só para o processo de povoamento, mas também, para a formação da cultura nacional. Diégues Júnior (1960, p. 218) afirma que:



Não é demais repetir o valor que representou para o povoador, - e isto, se de modo geral, no Brasil, muito mais, em particular, na Amazônia – a contribuição indígena no processo de ocupação humana. Foi ele guia, remeio, canoeiro, abridor de caminhos; proporcionou o beiju de mandioca para alimentação, desvendou os mistérios da floresta; facilitou a identificação das espécies de vegetais e animais, incorporadas, desde então, ao conhecimento do colonizador com os próprios nomes aborígenes; imprimiu a sua marca na toponímia regional, denominando acidentes geográficos e centros políticos; e, assim, tornou possível fosse o território desbravado e ocupado [...].

A influência cultural do indígena continua impregnada em todo território brasileiro. O léxico indígena, mais especificamente o da língua tupi, foi um fator determinante durante o processo de colonização do país. Sampaio (1987, p. 41) diz que:

A predileção do brasileiro pelos nomes indígenas na denominação dos lugares é hoje tão acentuada que a toponímia primitiva vai aos poucos se restaurando e às localidades novas dão-se de preferência nomes tirados da língua dos ameríndios tupis. [...] Há aqui um sentimento nacionalista, que se quer integrado e vívido, como que a dizer que a raça americana, vencida, nem tudo se perdeu e que sem no sangue dos descendentes, a dosagem diminui a se apagar, a memória dos primitivos íncolas perdurará com os nomes dos lugares onde a civilização ostenta os seus triunfos.

No tocante às línguas indígenas, predominam dois grandes troncos no Brasil, o Tupi e o Macro-Jê. Há outras famílias linguísticas, mas que não apresentam graus de semelhanças suficientes para serem agrupados em troncos. Rodrigues (1994) classifica as línguas indígenas brasileiras conforme seguintes famílias e troncos:

Quadro I. Tronco Tupi.

Língua	Estado
<b>Família Arikém</b> Karitiána	RO
<b>Família Jurúna</b> Juruna (Yurúna)	MT
<b>Família Mondé</b> Aruá	RO
Cinta-Larga	MT, RO
Gavião (Ikörö, Digüt)	RO
Mekém	RO
Mondé (Sanamaikã, Salamã)	RO
Suruí (Paitér)	RO
Zoró	MT, TO
<b>Família Mundurukú</b> Kuruáya	PA
Mundurukú	PA, AM

<b>Família Ramaráma</b> Arára (Urukú, Karo)	RO
Itogapúk (Ntogapíd)	RO
<b>Família Tuparí</b> Makuráp	RO
Tuparí	RO
Wayoró (Ajurú)	RO
<b>Outras línguas</b> Awetí	MT
Puruborá	RO
Mawé (Sateré)	PA, AM

Fonte: Rodrigues (1994, p. 46) (adaptado).

Quadro II. Tronco Macro-Jê

Língua	Estado
<b>Família Boróro</b> Boróro (Boróro Oriental, Orari)	MT
Umutína (Barbados)	MT
<b>Família Botocudo</b> Krenák, Nakrehé	MG, SP
<b>Família Jê</b> <i>Akwén (Akwe)</i> Xakriabá (Xikriabá)	MG
Xavánte (A'we)	MT
Xerénte (Akwe)	GO
Apinayé	GO
Kaiangáng (Coroado)	RS, SC, PR, SP
<i>Kayapó</i> Gorotíre	PA
Kararaô	PA
Kokraimôro	PA
Kubenkrangnotí	PA
Kubenkrankêgn	PA
Menkrangnotí	PA
Tapayúna (?)	PA
Txukahamãe (Mentuktíre)	MT
Xikrín (Xikri)	MT
Kren-Akarôre	PA
Suyá	MT
<i>Timbira</i> Canela Apâniekra	MT
Canela Rramkókamekra	MA
Gavião do Pará (Parakátaye)	MA
Gavião do Maranhão (Pukobyé)	PA
Krahô	GO
Kreyé (Krenjé)	MA
Krikatí (Krinkati)	MA
Xakléng (Aweikoma)	SC

<b>Família Karajá</b> Javaé	GO
Karajá	GO, MT
Xambioá	GO
<b>Família Maxakali</b> Maxacali	MG
Pataxó	BA
Pataxó Hãhãhãe	BA
<b>Outras línguas</b> Guató	MS
Ofayé (Ofayé-Xavante)	MS
Rikbaksá (Erikbaksá, Arikpaksá)	MT
Yatê (Fulniô, Karnijó)	PE

Fonte: Rodrigues (1994, p. 56) (adaptado).

Quadro III. Línguas Isoladas

Língua	Estado
Aikaná (Aikanã, Huarí, Masaká, Tubarão, Kasupá, Mundé, Corumbiara)	RO
Arikapú	RO
Awakê	RR
Irántxe (Iránxe; Mynky, Münkü)	MT
Jubutí	RO
Kanoê (Kapixaná)	RO
Koaiá	RO
Máku	RR
Trumái	MT
Tukuná (Tikúna)	AM

Fonte: Rodrigues (1994, p. 98) (adaptado).

Rodrigues (1994) considera que as línguas dos povos indígenas do Brasil se adequam às expressões individuais e sociais no meio físico e social em que tradicionalmente esses povos têm vivido. De acordo com Andrade e Bastiani (2012, p. 170):

Se considerarmos a dimensão social da língua, podemos ver, no léxico, o patrimônio cultural de uma comunidade. Transmitidos de geração a geração como “signos operacionais”. É através dos “nomes” que o homem exerce a sua capacidade de exprimir sentimentos e ideias, de “cristalizar” conceitos. O patrimônio lexical de uma língua constitui um arquivo que reflete percepções e experiências multisseculares de um povo, podendo, por isso, ser considerado testemunho de uma época.

Muitos vocábulos do português, falados no Brasil, são de origem tupi: nomes de plantas, rios, animais etc. Os nomes de procedência tupi foram cristalizados no léxico, em nível de sistema, ao longo dos séculos, compondo o patrimônio lexical brasileiro. É possível afirmar que

as características físicas do ambiente são as principais vias de motivação para as nomeações. Dick (1990a, p. 39) relata que

O sistema léxico tupi, como reflexo de uma sociedade de economia mista, deixou uma gama variada de contribuição linguística ao português, que preservou, nos vocábulos fossilizados, as características de uma realidade ambiental diversificada ou de múltiplos domínios de experiência. Se muitos desses designativos, hoje, escapam o linguajar corrente do brasileiro, impulsionado, constantemente, pela dinâmica da língua, outro tanto não ocorre na Toponímia, que se vale deles como fonte contínua de motivação, mantendo, assim, vivas, as tradições culturais indígenas.

Ribeiro (2001, p. 101), a respeito da herança lexical indígena, assinala que:

Decorridos são mais de quatro séculos desde que Cristovão Colombo de Pedro Álvares Cabral apontaram neste continente que habitantes, e, se lançamos um olhar retrospectivo sobre o que neste lapso de tempo foi realizado pela botânica e agronomia, no terreno da agricultura, e o comparamos com o que os europeus aqui encontraram, ficamos surpresos diante da realidade que nestes quatro séculos e trinta e seis anos (o livro é de 1937), pouco relativamente adicionou ao patrimônio de recursos vegetais para a alimentação do homem. As espécies selecionadas e aperfeiçoadas da flora americana, que o imigrado aqui encontrou nas roças dos aborígenes, não foram, desde então, multiplicadas especificamente e nem melhoradas substancialmente.” “Se hoje a ciência tem a pretensão, e até o dever, de ministrar ensinamentos de botânica e agricultura ao indígena, não se deve esquecer que naqueles primórdios os mestres foram estes e os alunos os advindos de além-mares. O imigrado aprendeu a botânica e a agricultura desta terra com o silvícola e ainda hoje, apesar das vicissitudes e contratemplos sobrevivendo a este, raramente consegue conhecer aquela melhor e praticar esta mais sabiamente do que ele o fazia naquela era.

Para Sampaio (1987), não há quem desconheça a predominância do tupi em nossas denominações geográficas: seja nas montanhas, rios, cidades, ou nos simples povoados. Nesse contexto, Dick (1990, p. 8) argumenta que:

Como dizia Theodoro Sampaio, o indígena fazia uso globalmente, de elementos descritivos do seu ambiente - - e, completamos, empregando a terminologia de Stewart, não apenas dos descritivos puros mas também dos descritivos associativos - porque portador de uma visão prática e objetiva.

Os estudos dos nomes de origem indígena não se limitaram apenas aos nomes de origem tupi. Levy Cardoso (1961, p. 89) realizou estudos de outras línguas indígenas:

O principal motivo de meu interesse pelos étimos não tupis da toponímia brasílica, sobretudo pelos seus étimos caribes, aruacos e borôros, foi o fato do quase absoluto desconhecimento, por parte de nossos estudiosos, dos dialetos brasílicos fora do grupo linguístico tupi-guarani.

Os nomes de lugares geralmente são motivados por alguma característica física ou humana, relativos ao lúdico ou ao simbólico do povo que habitou determinado lugar, e remetem as características destes lugares, sejam elas culturais, históricas, físicas, econômicas. Como afirma Sapir (1969), “há uma forte tendência em atribuir muitos elementos da cultura humana à influência do ambiente em que se acham situados os participantes dessa cultura”. Em virtude disso, os topônimos e sua dimensão cultural adquirem uma pluralidade com simbolismos e identidades corresponsáveis pelas expressões dos valores individuais dentro de cada época, onde cada lugar fora sendo nomeado e ao mesmo tempo proporcionando um sentimento de pertencimento e domínio territorial.

Na sequência, discutiremos a importância dos viajantes naturalistas em relação à descrição dos nomes de lugares.

#### **4. A literatura dos viajantes e a descrição dos nomes de lugares**

O ano de 1808 é marcado na história brasileira como o ano da investigação científica nacional, isso se deu devido à chegada da corte portuguesa ao Brasil. Nesse mesmo ano, ocorreu a abertura dos portos e a modificação do estatuto colonial, que restringia viagens de estrangeiros ao país. Com essa mudança a presença de estrangeiros no país acentuou-se significativamente, e dentre os estrangeiros que visitaram o Brasil, podemos destacar os viajantes naturalistas, que tinham o objetivo revelar as riquezas, de registrar e coletar espécimes naturais e objetos. Grande parte da coleta era encaminhada aos museus e instituições europeias.

Inicia-se um ciclo de viagens e missões científicas, que, de um modo geral, eram integradas e organizadas por estrangeiros. A vinda dos viajantes naturalistas era motivada pela gama de recursos naturais intocáveis e preciosos dispostos no país, uma vez que o ambiente se diferenciava do da Europa, e isso se justifica pela visão totalmente etnocêntrica desses viajantes.

Neste período, iniciou-se no Brasil um processo de redescobrimto, a partir dos relatos, desenhos, coleções e classificações realizadas pelos viajantes, os quais intencionavam investigar e “desbravar” o outro, nesse caso, o interior do país com um toque de exoticalidade a partir de um olhar eurocêntrico. Os viajantes eram extremamente detalhistas na descrição dos

elementos presentes em cada lugar, buscavam relatá-los em sua totalidade. Possuíam uma visão totalmente etnocêntrica e mediam sistematicamente os aspectos físicos acerca de cada lugar visitado, além de estudar os hábitos das espécies vegetais que compunham as paisagens analisadas. O objetivo era transformar a natureza em ciência, considerando a história natural.

Eram em grande maioria geógrafos, botânicos, mineralogistas, geólogos e zoólogos. Podemos destacar: Von Martius, Auguste de Saint-Hilaire, João Emanuel Pohl, Henrique Koster, Frederico Guilherme Sieber, Jorge Freyreiss, George Gardner e Francis Castelnau, dentre muitos outros. Dentre esse grupo, destacamos quatro viajantes que percorreram a Província de Goiás no século XIX: Saint-Hilaire, Johann Emmanuel Pohl, George Gardner e Francis Castelnau.

Para Andrade (2010, p. 40):

Havia, por parte dos intelectuais desse tempo, um interesse em estudar e pesquisar países e culturas diferentes. A “moda” era analisar e descrever os países “descobertos”: investigar “o outro”. Conhecer, “ao vivo”, quem era esse outro que exerceu sobre os intelectuais europeus um desejo e fascínio, mesclados ao misticismo, ao exotismo e à cientificidade. Essa motivação pode ser considerada como a mola propulsora das atividades dos viajantes estrangeiros em terra brasileira. A visão de mundo do “eu” europeu deixava evidente sua dificuldade em vivenciar a diferença: considerava-se como o centro de tudo e de todos; os “outros” eram apreendidos e sentidos pelos valores e modelos da cultura europeia. O outro é aquele que não se identifica; é aquele cuja descoberta causa êxtase. É a própria diversidade do real que invoca o problema da alteridade: o fascínio da aventura, da tensão, do sofrimento. Os relatos dos viajantes na Província de Goiás são marcados por ideias etnocêntricas.

Os viajantes partiam do princípio de querer ver “com os próprios olhos”, descreviam e experienciavam as sensações acerca das pesquisas que realizavam, como investigar as espécies e objetos que buscavam e estudavam. Ver “com os próprios olhos” evidenciava a visão eurocêntrica dos viajantes, de modo que os trabalhos eram estabelecidos pelo olhar do viajante, em que atribuíam seus valores e princípios, com isso, tentavam estabelecer “verdades” a respeito do que presenciavam ao longo do território brasileiro. Andrade (2010, p. 41) argumenta, sobre essa visão etnocêntrica e deturpada do contexto da época, que:

O viajante, ao deixar seu país de origem, entra na condição de estrangeiro. O cotidiano, a cultura, a língua e o referencial de identidade implicam outra existência e realidade: o outro. A noção de tempo dos viajantes não é a mesma do outro. Seu tempo é o “tempo em viagem”, resguardado por uma visão eurocêntrica.

A visão eurocêntrica, típica da época, é determinada pelo fato de os viajantes naturalistas partirem para o “novo mundo” carregados de um conhecimento que lhes conferiam uma posição superior em relação aos habitantes desse novo território. Esse olhar eurocêntrico é estabelecido justamente pelos viajantes pressuporem que a natureza e os habitantes em estado selvagem do “novo mundo” necessitavam do espírito que movia o “Velho Mundo”, ou seja, as realizações históricas. Nesse sentido, os europeus consideravam-se superiores e em condições para dar o “refinamento cultural” aos povos do Brasil da época.

Toda iconografia empregada pelos viajantes no século XIX representa imagens próprias do cotidiano tropical nas quais os indígenas e a natureza possuíam papéis bem definidos.

Para os viajantes, as expedições eram empolgantes e as características do lugar dependiam da interação que os grupos locais tinham com o ambiente físico no decorrer do tempo. Como descreve o botânico Saint-Hilaire (1779 - 1853) sobre a vegetação nos trópicos: “nada aqui lembra a cansativa monotonia de nossas florestas de carvalhos e de pinheiros.” Após suas viagens realizadas entre 1816 e 1822, publica diversos volumes de *Voyages dans l'Intérieur du Brésil*.

Os viajantes retratavam suas impressões por meio de relatórios, anotações etc. As descrições das características específicas dos ambientes estudados pelos naturalistas possibilitavam uma visão realista e peculiar dos lugares e ambientes, trazendo valiosas contribuições em relação ao conhecimento das regiões e, conseqüentemente, para a história e cultura nacional.

O alemão Johann Emmanuel Pohl, médico, mineralogista e botânico, esteve no Brasil entre 1817 e 1821. Seus relatos de viagem compõem uma grande fonte de pesquisa para estudiosos da história econômica social do Brasil. Pohl percorreu, por cerca de três anos, as capitâncias do Rio de Janeiro, Goiás, Minas Gerais, anotando cuidadosamente o que ouvia e o que via. Ele visitou diversas regiões brasileiras, catalogou aproximadamente quatro mil espécies de plantas, além de um grande material mineralógico.

A respeito da descrição toponímica, Pohl relata, em seus trabalhos, a intrínseca relação entre as características e os aspectos físicos dos lugares para motivação na nomeação dos topônimos.

Este Arraial deve o seu nome ao regato que aqui passa e ao qual se atribui a origem da febre que tanto assola esta povoação. O regato tem pouco mais de

2 metros de largura, costuma estar quente nas horas da manhã. Nasce, a meia légua de distância do lugar, num grande pântano, outrora considerado um lago. Nunca o foi, porém, segundo informação do Vigário de Traíras, que já morou aqui. Era um açude, formado por meio de um muro que depois ruiu, para obtenção de água necessária à movimentação das lavras de ouro. Considerava-se, antes, que a sua profundidade era insondável, que teria muitas cavernas e que o seu volume de água era sempre o mesmo. (POHL, 1976, p. 191)

O topônimo a que Pohl se refere é o Arraial de Água Quente, o viajante descreve o lugar com minuciosos detalhes: o lugar foi nomeado a partir das características físicas e peculiares que motivaram o processo de nomeação deste topônimo.

Auguste François César Provençal de Saint-Hilaire, francês, botânico, dedicou-se aos trabalhos de história Natural e esteve no Brasil entre 1816 a 1822. Possuía conhecimentos extensos em botânica, com trabalhos sobre fauna e flora francesa. O estrangeiro retratava em seus relatos características do ambiente que percorria, fez grandes considerações a respeito da fauna e flora brasileira. Reuniu um herbário de trinta mil espécimes, abrangendo sete mil espécies e percorreu as regiões Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Seus trabalhos contribuíram nos aspectos econômicos culturais e políticos de modo geral.

Em relação à toponímia, o viajante explicita:

O General Raimundo José da Cunha Matos Frisou a necessidade de se conservar a nomenclatura já consagrada pelos habitantes do Brasil. Se cada viajante se achasse no direito de escrever como lhe aprouvesse os nomes das localidades e regiões por onde passasse, em breve reinaria na geografia uma confusão inextricável. Fiz, pois, todo o possível para não alterar em nada a nomenclatura geográfica, esforçando-me igualmente por dar a grafia correta de nomes de pessoas, plantas e animais. Existe uma infinidade de arraiais, fazendas e rios no Brasil cujos nomes – estou pronto a reconhecer – são escritos de várias maneiras diferentes, mesmo por pessoas instruídas. Sempre que isso ocorria eu só me aventurava a registrá-los depois de consultar as mais altas autoridades no assunto. Meus conhecimentos de etimologia também me foram bastante úteis, e além do mais decidi deixar-me guiar sempre pelos usos e pelo bom senso. (SAINT-HILAIRE, 1975, p.15).

De acordo com a declaração do viajante, fazia-se necessário preservar a nomenclatura dos topônimos, e, para ele, a atenção dos viajantes quanto a esses fatores era imprescindível.

A paróquia da qual o Arraial de Santa Luzia era a sede contava (1819) com uma população de 3 a 4.000 habitantes, disseminados numa área de 50 léguas de comprimento por 30 em sua maior largura. Dessa paróquia dependem dois povoados: Santo Antonio dos Montes Claros, de que falei em breve, e Nossa



Senhora da Abadia, no Arraial de couros. O nome de Santa Luzia é dado a várias localidades do Brasil. Desnecessário é dizer que não se deve escrever San-Lucia, como fez o viajante francês (Suz., Souv., 273).(SAINT-HILAIRE, 1975, p. 25)

Essa era uma preocupação da maioria dos viajantes naturalistas, de modo atribuir maior veracidade em relação aos relatos dos nomes como identificado na passagem do relato de Saint-Hilaire.

George Gardner, botânico inglês, esteve no Brasil entre 1837 a 1841. O viajante reuniu preciosas informações sobre o *modus vivendi* do povo brasileiro, com características a respeito da geografia, história e cultura. Gardner percorreu as regiões de Pernambuco, Bahia, Alagoas, Piauí, Maranhão, Goiás e Minas Gerais.

Assim como os demais viajantes, Gardner, em suas descrições, relata a variada toponímia brasileira, que em sua maioria era retratada a partir de aspectos como a fauna, flora e a hidrografia brasileira, que influenciaram diretamente para nomeação dos nomes de lugares. No relato a seguir, Gardner comenta sobre o topônimo proveniente de um fruto típico de uma das regiões que visitou, sendo que a abundância do fruto na região motivou o batismo deste nome de lugar:

Não devo deixar de mencionar que, em nossa jornada de Duro a Natividade encontramos grande abundância de um delicioso fruto silvestre, espécie de para exemplificar mangaba (*hancornia pubescens*, var. *Gardneri*, Alph, DC.), diferente da que cresce tão profusamente nas Províncias de Ceará e Pernambuco. O fruto tem duas vezes o tamanho do outro e é ainda mais saboroso. Encontramo-lo a primeira vez na Serra do Duro, onde lhe chamam mangaba do morro; mas é também abundante nas Chapadas, na planície em baixo, e, como o da outra espécie, só é bom comer quando bastante maduro para cair da árvore. (GARDNER, 1975, p. 155)

Os viajantes que percorreram o Brasil, em grandes expedições científicas, tiveram um papel importante no processo de construção da identidade e cultura nacionais, pois constituiu-se no país uma espécie de “império”, em relação a sua natureza. Desse modo, investigavam, desbravavam a natureza brasílica, diante destes aspectos, formaram-se, sobretudo, por meio de sua natureza e território. Com isso eram enfatizados os elementos formadores de cada lugar, tendo um papel importante na descrição da geografia nacional, exaltando como discutido nas sessões anteriores que a concepção de lugar e nome estão além

do simples sentido locacional ou de uma simples denominação, sendo empregados variados sentidos e possibilidades.

## 5. Considerações Finais

Nosso propósito neste artigo foi identificar o papel da cultura e identidade no processo de nomeação dos lugares. Para tanto, pautamo-nos nas contribuições teóricas da Geografia Cultural e Humanista. No entanto, ressaltamos que percebemos o estudo do topônimo como signo de língua. Portanto, é na Linguística, na Onomástica, por exemplo, que vamos encontrar o suporte teórico e metodológico para o seu estudo como signo de língua.

Nesse caso especial, as discussões baseadas na Geografia Cultural e Humanista tiveram como intenção discutir a ampliação conceptual de *lugar* como noção de sentimento de pertencimento, afetividade, mundo vivido e experienciado. Isso, obviamente, nos leva a refletir sobre o status que *lugar* ocupa no conceito de toponímia como estudo dos nomes de lugares.

Tuan fala em amor humano ou topofilia: “laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material (2012, p.135)”. Quando nos referimos a “sentimento de pertencimento e afetividade”, entendemos “pertencer” como fazer parte de alguma coisa, ter relação com, ter vínculo com, ser proveniente, próprio de; e “afeiçoar”, estima, apreço, consideração. O sentimento de pertencimento é o sentimento de ter vínculo, ligação, com um determinado lugar, grupo, história. E a afeição se vale do sentimento de apego por alguém ou algo, afeiçoamento, que também pode ser entendido como relação, conexão. Segundo Tuan (2012, p. 136), os pertences de uma pessoa são uma extensão de sua personalidade; ser privado deles é diminuir seu valor como ser humano, na sua própria existência.

A partir da discussão acerca da importância dos indígenas na descrição da geografia nacional, acreditamos que os povos indígenas influenciaram não só na formação toponímica, mas também na formação da cultura e memória nacional. Outro aspecto apresentado refere-se à importância da literatura dos viajantes no século XIX. Os viajantes estrangeiros contribuíram não apenas para produção científica do país, mas tiveram um papel importante no que concerne à descrição dos nomes de lugares. Por meio de relatos e descrições, os viajantes buscavam descrever os elementos que compunham os lugares. Suas narrativas possibilitaram identificar a realidade histórica, cultural e peculiar em relação à descrição dos nomes.

Desse modo, os nomes de lugares não estão à sombra ou desvinculados aos contextos sociais, políticos, históricos, geográfico, ambientais e culturais dos grupos, eles refletem e retratam a natureza das comunidades em sua totalidade.

Para finalizar, reconhecemos o nome de *lugar* como sendo um patrimônio linguístico e cultural, testemunho de uma comunidade. Materializado e corporificado, o nome é um produto e o reflexo social e cultural da cosmovisão de um grupo. Citando Fonseca (1997, p. 18), como referentes de uma realidade nomeada, objetos de uma cultura, os topônimos podem ser concebidos, de acordo como um centro político-social a partir do qual se organiza culturalmente um espaço geográfico, sendo a nomeação de entidades geográficas uma manifestação específica do poder organizador que um grupo exerce sobre a paisagem geográfica.

### Referências Bibliográficas

ANDRADE, K. dos S. **Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins**: Atito. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2010.

\_\_\_\_\_; BASTIANI, C. **Viajantes naturalistas do século XIX na região da Província de Goiás**: levantamento de topônimos indígenas. ANTARES, vol.4, nº8, p. 169-184, jul./dez. 2012.

BIDERMAN, M. T. C. As Ciências do Léxico. In: Ana Maria Pinto Pires de Oliveira; Aparecida Negri Isquendo. (Org.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia, 2ª ed. Campo Grande: UFMS, 2001.

DICK, M. V. de P. do A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do estado de SP, 1990.

\_\_\_\_\_. **Toponímia e antroponímia no Brasil: Coletânea de estudos**. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP.1990a.

DIÉGUES, M. J. **Regiões Culturais do Brasil**. Vol 2. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais INEP. Ministério da Educação e Cultura, 1960.

FONSECA, G. S. **La gente pasa, los nombres quedan...** Introducción em la toponímia. Lengua e Sociedade: Lima, 1997.

GARDNER, G. **Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841**. Tradução Milton Amado. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. Itatiaia/EDUSP, 1975.

GONCALVES, T. M. **Cidade e Poética**: um estudo de psicologia ambiental sobre o ambiente urbano. In: Educação em Ciências. Ijuí: Unijuí, 2007.

HOLZER, W. **O conceito de lugar na geografia cultural-humanista**: uma contribuição para a geografia contemporânea. *Geografia* -Ano V – n. 10, p.113-123, 2003.

MAIA, A. C.; ALVES, F. D. **Categorias e epistemologia: Reflexões teórico-metodológicas na ciência geográfica**. In: **V Encontro de Grupo de pesquisa Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações Socioespaciais**, 25, 26, 27 de novembro de 2009. UFSM – Universidade Federal de Santa Maria.

MALINOWSKI, B. **Uma Teoria Científica da Cultura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.

MELLO, J. B. F. de. **A humanística perspectiva do espaço e do lugar**. *Revista ACTA Geográfica*, Ano V, n. 9, jan./jun. de 2011. p. 07-14.

OLIVEIRA, P. S. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Ática, 2001.

POHL, J. E. **Viagem no interior do Brasil**. Tradução Milton Amado e Eugênio Amado. São Paulo: EDUSP, 1976.

RODRIGUES, A. D.. **Línguas Brasileiras**: Para o conhecimento das línguas indígenas. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem à província de Goiás**. Tradução Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. Itatiaia/EDUSP, 1975.

SAMPAIO, T. **O tupi na geografia nacional**. 5. ed. Corrigida e aumentada. São Paulo: Ed. Nacional, 1987.

SAPIR, E. **Linguística como ciência**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.

TODOROV, T. **A conquista da América - a questão do outro**. Tradução: Beatriz Perrone Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TUAN, Y.-F., **Topofilia**: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução: Lívia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012.

Artigo recebido em: 30.09.2015

Artigo aprovado em: 21.12.2015